

Moratória até 2015

Com o Plano de Expansão da Malha de Transportes (Pemat) ainda em fase embrionária e MME e ANP focados numa extensa agenda de complementação do marco regulatório do gás natural, a data da realização da primeira licitação de gasodutos do país ainda é uma incógnita. O próprio ministério trabalha com um cenário sem novos empreendimentos até, pelo menos, 2015. “Hoje estamos trabalhando com um horizonte de três a cinco anos, desde a proposição do ministério até a operação do duto, o que é um prazo absolutamente natural”, diz a diretora do Departamento de Gás Natural do MME, Symone Araújo. Diante disso, o mercado começa a avaliar o impacto da não expansão da malha para os diferentes agentes da indústria.

De cara, o aviso é uma boa notícia para as empresas de GNC. Segundo projeções da Associação Brasileira de Gás Natural Comprimido (ABGNC), os gasodutos virtuais vão ganhar força nos próximos três anos, em função das limitações de alcance da malha de gasodutos de transporte em algumas regiões.

Para a ABGNC, as vendas de gás comprimido devem mais que duplicar até 2015, passando dos atuais 500 mil m³/dia para 1,3 milhão de m³/d. De acordo com dados da associação, a atual capacidade instalada da indústria de GNC já seria, inclusive, suficiente para atender um crescimento imediato de 300 mil m³/d.

Outra beneficiada é a Petrobras. O discurso do governo sobre novos gasodutos é de que não há motivo para pressa em função dos investimentos em infraestrutura de transporte feitos pela petroleira nos quatro últimos anos. Entre 2007 e 2011, a companhia investiu US\$ 15 bilhões na instalação de 3.630 km de gasodutos.

Portanto, a não expansão da rede é vantajosa para a petroleira, a grande investidora dos últimos anos e a única transportadora do mercado. Afinal, em 2008 a companhia mudou a metodologia de precificação do gás e criou uma parcela fixa para remunerar, entre outros fatores, os investimentos passados.

Por outro lado, apesar de se manter como a única transportadora, o que dificulta a entrada de novos players no mercado de gás natural, a Petrobras não sairá ilesa da paralisação dos investimentos em gasodutos. Basta lembrar que a companhia tem planos de inaugurar

em 2015 a planta de fertilizantes de Uberaba (MG), que depende da construção de um gasoduto até o Triângulo Mineiro. Caso nenhum projeto para a região saia do papel até lá, a companhia pode ser obrigada a revisar seu cronograma.

Além disso, a Petrobras estima aumentar em 20 milhões de m³/d sua produção até 2015, sendo 65% desse volume formado por gás associado. O risco de o país não criar novos mercados, o que seria facilitado pela expansão da malha, é que o plano de produção de petróleo da Petrobras tenha de ser reduzido, em função dos limites de queima de gás impostos pela ANP.

Para as distribuidoras, o país conta hoje com boa infraestrutura de transportes recém-inaugurada, incluindo gasodutos vazios como Coari-Manaus, Gasene e Gastau. O consenso, porém, é de que o gás ainda precisa chegar a alguns mercados.

“Essa folga aparente que o governo alega existir é localizada, não vale para todos os mercados. Há regiões que não recebem gás, e outras que não conseguem expandir seus mercados”, salienta o professor do Instituto de Economia (IE) da UFRJ, Edmar Almeida, que coordena um estudo encomendado por Sulgás, SCgás, Compagas e MSGás para dimensionar o tamanho da demanda reprimida na região Sul e propor um novo projeto de abastecimento como reforço ao já saturado Gasbol.

A Abegás também já se movimenta para propor novas rotas ao Pemat. A associação espera concluir até março, em conjunto com as distribuidoras, um levantamento das necessidades de expansão, com foco no mapeamento da demanda não termelétrica.

Entre os investimentos mais urgentes já mapeados estão, além da região Sul, a integração da malha do Ceará ao Maranhão, Piauí e Norte do país. Mercados potenciais no Centro-Oeste, Triângulo Mineiro e interior do Nordeste também serão dimensionados.

“Vai depender muito das distribuidoras identificar mercados e propor projetos ao MME. Mas não adianta também regulamentar a entrada de terceiros se não soubermos a malha que está sendo proposta. Tudo tem de partir do Pemat”, comenta o presidente da associação, Luís Domenech.

Novos players sem alternativas

A entrada de novos players no mercado de gás promete ser mesmo

tímida até 2015, mas a falta de alternativas de infraestrutura de transporte já mexe com os planos de monetização das companhias. Além de não poderem contar com a expansão da malha em curto e médio prazo, as petroleiras terão restrição de acesso aos gasodutos existentes, em função do período de exclusividade dos principais empreendimentos da Petrobras.

Assim, as companhias deverão suar para comercializar seu gás nos próximos anos. Os sócios da Petrobras no pré-sal, como Repsol Sinopec e BG, devem optar por vender sua produção do energético para a operadora, conforme já ocorreu no ano passado, quando a Petrobras comprou a fatia de gás da BG no piloto de Lula, em contrato válido até 2016. Já companhias sem associação com a Petrobras, como OGX e HRT, deverão optar pelo autoconsumo.

A petroleira do grupo EBX, por exemplo, já consolidou seu plano de monetização da produção dos campos de Gavião Azul e Gavião Real, na Bacia do Parnaíba, com base no consumo termelétrico, em função da inexistência de uma infraestrutura que permita atender o mercado não térmico de Maranhão e Piauí. “O sistema Transpetro foi projetado para atender a própria Petrobras. Como vem aí um grande aumento da produção, é difícil pensar que haverá espaço para terceiros. As oportunidades podem surgir graças ao swap”, comenta a consultora da Gas Energy, Sylvie D’Apote.

Vale lembrar que esses empreendimentos só poderão ser acessados por terceiros se houver capacidade disponível, ou a partir de investimentos de ampliação da capacidade bancados pelo próprio interessado.

Hoje os principais gasodutos com prazo de exclusividade vencido estão no Nordeste, região que não conta com grandes descobertas dos novos players.

Em muitas regiões, porém, o acesso aos gasodutos existentes será possível apenas no longo prazo. Os dutos mais visados pelos novos agentes, como Urucu-Manaus, pela HRT, e Gastau, a principal porta de entrada do gás do pré-sal, deixarão de ser exclusivos em 2019 e 2021, respectivamente.

Ação da União

Segundo o consultor e ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras, Antonio Luiz de Menezes, as dificuldades da expansão da malha e de acesso de terceiros são reflexo do modelo brasileiro, focado na

iniciativa privada. Por isso ele defende que os investimentos em transporte sejam feitos pela União, incluindo o uso dos royalties para expansão da malha.

“A questão é que o ‘instinto de produtor’ não quer que o concorrente chegue ao mercado. Com o gasoduto nas mãos da União, o que vale é o interesse estratégico do governo, e não o da Petrobras. O mercado brasileiro tem problemas de sazonalidade, não conseguimos montar uma malha que seja economicamente viável nos moldes tradicionais para remunerar o investimento”, argumenta Menezes.

Termogás na expectativa

Enquanto o Pemat não sai do papel, a Termogás está na expectativa de iniciar este ano o processo de chamada pública para alocação de capacidade dos gasodutos Brasil Central e Meio Norte. Os dois projetos são anteriores à Lei do Gás e não dependem de licitação.

Com a LI vencida no ano passado, o projeto Meio Norte está sendo revisado e deve receber nova licença neste semestre. Já o Brasil Central aguarda a emissão da LI pelo Ibama. A previsão do órgão ambiental é emitir o parecer sobre o duto até maio. Com isso, a Termogás espera iniciar a chamada pública no segundo semestre.

Nesse processo, o Brasil Central deverá sofrer algumas alterações, uma vez que os city gates previstos para o Triângulo Mineiro possuem capacidade de entrega de 720 mil m³/d, volume menor que o potencial de consumo estimado para a fafen de Uberaba (MG), de 1,25 milhão de m³/d. Assim, por causa da revisão do projeto, o mais provável é que a construção do gasoduto só comece em 2013.

Se projetos semelhantes ao Brasil Central e Meio Norte, para atendimento às regiões Centro-Oeste, Norte e Triângulo Mineiro, forem incluídos no Pemat, é pouco provável que sejam construídos antes dos projetos da Termogás. Isso porque, além do processo de chamada pública, os projetos propostos no plano de expansão da malha precisarão passar pelas fases de dimensionamento do gasoduto de referência, licitação e licenciamento ambiental.